



EDITORIAL

TRABALHO E EDUCAÇÃO, TERRITÓRIOS DE (RE) EXISTÊNCIAS NO CENTRO DAS CRISES CONTEMPORÂNEAS

A **Revista Trabalho e Educação**, desde sua criação em 1995, deseja compreender as reconfigurações do trabalho sem isolá-lo das crises sociais contemporâneas, compreendendo que essas reconfigurações se interligam por raízes profundas na emergência dos tempos modernos.

Desde o final dos anos 90 debatemos sobre como a mundialização vem alterando restrições e normas alfandegárias e reordenando processos competitivos com desdobramentos regionais diferenciados, desenvolvimento econômico combinado globalmente, mas desigual em termos de direitos humanos. Há uma alteração profunda no fluxo de pessoas, mercadorias, informações, nas trocas internacionais entre bens materiais e imateriais, potencializados pela emergência das novas tecnologias, novos materiais, novos modos de comunicar.

Esses vetores estão associados ao enfraquecimento do Estado. Aparecem reformas conservadoras neoliberais que reestruturam o papel do Estado desde o Chile (1973) e que migraram para diversas regiões do planeta no compasso das configurações locais, fortalecendo os interesses das elites e enfraquecendo a política enquanto lugar da construção do comum. O neoliberalismo aparece como receituário pragmático, cabendo adequação local onde pode assumir múltiplas combinações mesclando venda de empresas estatais, redução de políticas públicas, cortando, privatizando ou diminuindo direitos sociais fundamentais para a garantia de condições de vida da maior parte da população.

Nesse momento em que comemoramos 35 anos de Constituição Federal no qual deveríamos consolidar conquistas importantes, asseguradas com muita mobilização social que precedeu nossos debates constituintes no final dos anos 80, estamos marcados por recrudescimento de direitos com o fortalecimento do conservadorismo político, epistêmico e religioso. Há uma ofensiva contra as organizações político-sindicais, aos direitos trabalhistas, às políticas sociais e ao aparato jurídico e ideológico desse período histórico com muitas conquistas tardias no marco legal brasileiro cunhado nos anos 80. Há uma potencialização da exclusão via reforma sindical, trabalhista e previdenciária nos anos mais recentes. Haveria ainda espaço para lutas anticapitalistas tendo o trabalho no centro das articulações políticas?

Como dissemos acima, outro vetor nesse cenário é a emergência das novas tecnologias, novos materiais e formas de comunicação até a atualíssima “internet das coisas” e a Inteligência Artificial que reestruturam sobremaneira as formas de organização da produção, penetrando e ordenando tempos e espaços da produção e da vida onde ela se faz quotidianamente. As transformações visam, no lastro do avanço tecnológico, reestruturar a produção como se essa prescindisse da intervenção humana, tomando essa última um apêndice da máquina ou do algoritmo em ecossistemas tecnológicos.

Da numerização crescente da economia, com a inteligência artificial, cresce os investimentos em desenvolvimento de instrumentos digitais para realizar determinadas tarefas que exigem flexibilidade e cálculos de ajustamento em etapas dos circuitos produtivos. Essas transformações produtivas, associadas à outras tantas apropriações de ciência e tecnologia pelo capital, levam muitos autores a afirmar uma mudança de paradigma com a emergência do que denominam economia do conhecimento. Nesse circuito é que faz muito sentido pensar como um problema a relação **Ciência, trabalho e a fuga de cérebros do Brasil**, contribuição de Everton Fargoni, questão que relaciona a formação de jovens pesquisadores à competitividade internacional entre países e regiões.

Do trabalho cada vez mais digitalizado em seus processos, virtualizado em seus momentos de cooperação no interior dos processos produtivos, emerge a figura do trabalhador nômade digital. Após a crise sanitária, muitas atividades são realizadas em espaço doméstico ou em espaços compartilhados fora das organizações. E obedecem, cada vez mais, a preceitos de controle virtual de produtividade, a formas de controle de desempenho, de horas trabalhadas e de intensidade produtiva que dispensam a presença de supervisores, sendo esses substituídos por softwares de Inteligência Artificial que passaram a realizar tais funções de vigilância e controle.

O trabalho e toda a vida social, bem como a questão dos direitos políticos, civis e sociais que marcam o longo século XX são atingidos no centro dessa organização social marcada por mercados globais, financeirização, neoliberalismos, reestruturação das formas de produção potencializada pelas novas tecnologias, entre elas, as tecnologias da comunicação. Como teorizar com profundidade essas transformações societárias que se associam e possibilitam ordenar a vida social refletindo diretamente na configuração do mercado de trabalho, nos seus procedimentos e amplificando as exigências de qualificação, competências e saberes para exercê-lo?

Não há como isolar a crise do trabalho dessas transformações mais gerais, tal como não é possível isolar as demais áreas da vida humana de todos os seus efeitos.

Nenhum trabalho escapa ao agravamento das condições de suas realização, tal como nos mostra o texto **Trabalho docente no Ensino Superior particular durante a virtualização do ensino na pandemia da COVID-19**, de Lívia Dias e Tereza Matos, no qual podemos verificar as dificuldades vivenciadas por professores na interpenetração entre tempos de vida e tempos de trabalho, na virtualização da relação pedagógica, acarretando sobrecargas de trabalho com efeitos nocivos para a convivência nas relações familiares, nas relações pedagógicas e para saúde dos trabalhadores e seus familiares em todas as suas dimensões. Esses efeitos também podem ser notados em contribuição de pesquisa desenvolvida em parceria entre pesquisadores e o Sindicato dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro, **Trabalho docente, tecnologias digitais e a defesa da saúde: desigualdades na educação pública em contexto de crise sanitária**, dos autores Kátia Souza, Gideon Santos, Andrea Rodrigues, Eliana Felix, Luciana Gomes, Alzira Guarany, Luisa Araújo, Sylvia Dias. Segundo estes autores, as desigualdades se ampliaram, com elas a exclusão e adoecimento no âmbito da Educação Básica em escolas públicas do Rio de Janeiro. Esses autores falam de resistências coletivas frente a essas diversidades, o que podemos verificar também em outra contribuição – **O trabalho das professoras com deficiência visual e das educadoras da inclusão escolar** – de Naim Araújo, Charles Cunha e Mariana Veríssimo. Esses autores verificaram a parceria e a construção de redes de colaboração entre os professores com deficiência visual e seus Auxiliares de Apoio ao Educando no processo educacional, desvelando valores de tipo solidário entre esses profissionais, fundamental para a construção e uma educação de qualidade, com qualidade de vida no trabalho.

O artigo **Diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação profissional e tecnológica: retrocessos à vista**, de Isalete Alencar e Elza Santos analisam as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional enquanto documento integrante da contrarreforma do Ensino Médio que, como política educacional vigente tem como objetivo solapar o Ensino Médio Integrado (EMI) reforçando a dualidade histórica e estruturante da educação brasileira. Nessa perspectiva, inviabiliza nossas lutas históricas por uma integração curricular com base na politécnica, na formação, omnilateral, na escola unitária e no trabalho como princípio educativo, ou seja, diretrizes que promovam uma educação emancipadora.

Clayton Perotoni, Kátia Madruga, Mônica Knöpker em contribuição intitulada **Políticas Públicas de eficiência energética e educação profissional técnica de nível médio: uma relação possível**, discutem a pertinência e eficácia da introdução de temas relacionados à economia energética em currículo do curso de Fabricação Mecânica aplicada à montagem e manutenção (Curso Técnico em Eletromecânica) do SENAI de Criciúma de Santa Catarina. Os autores

concluem, com base em estudo de situações de aprendizagem, por um favorecimento à tomada de decisão dos alunos referenciados nos princípios de economia energética, princípio fundamental do Plano Nacional de Eficiência Energética brasileiro.

No campo do Ensino Médio Integrado, vemos que os efeitos devastadores da Covid-19 afetam sobremaneira a permanência e a evasão dos estudantes, agravando situação anterior dos filhos das classes trabalhadoras, pobres e periféricos. É o assunto abordado em **Permanência e evasão no Ensino Médio Integrado: experiência de uma escola de técnicos em saúde na Pandemia de COVID-19**. O estudo de Ingrid Pereira, Rafael Bilio, Jonathan Moura, mostram, contudo, ações de resistência e luta por uma política de assistência que compreenda acompanhamento psicossocial e pedagógico dos alunos, compreendida também como garantia de acesso à internet e equipamentos eletrônicos, apoio financeiro, alimentação escolar, bem como o fortalecimento das instâncias de gestão democrática.

Falou-se muito desde os anos 90 em vários campos do conhecimento sobre o fim do trabalho como elemento estruturante da sociabilidade (André Gorz; Dominique Meda; Jürgen Habermas), seja do ponto de vista das identidades socioculturais e políticas. Desde então, as tendências das transformações nas formas de produzir e organizar a economia são contraditórias e confundem nossas percepções. Por um lado, nota-se o aprofundamento da (des) industrialização e a crescente terciarização da economia, desmaterializando em níveis diversificados os processos produtivos, exigindo novas competências e habilidades em todos os postos de trabalho. Muitas vezes, sabemos, as altas exigências em termos de capacidades como critérios de exclusão estão diretamente associadas à simples exclusão, não tem relação direta com a execução do trabalho real. Mas ao lado dessa tendência, permanecem formas arcaicas, artesanais e tradicionais de trabalho, que são objeto de produção de mais valia absoluta, onde encontramos trabalho análogo ao trabalho escravo. E embora possamos ver a emergência de empregos nas ondas da sustentabilidade, do emprego verde, as informalidades de todos os tipos se recolocam, reforçam ou fragilizam interfaces e fronteiras entre mundo da vida/mundos do trabalho em rearticulações público-privado, local-global. As formas de dominação se renovam, e se mesclam associadas às práticas gestonárias neotayloristas no interior das organizações. Fala-se em abandono de emprego e do trabalho, o que deve ser entendido aqui como um desalento face à tais condições precárias.

Entretanto, nesses tempos e movimentos contraditórios, o trabalho não está no seu fim, ele, mais uma vez, se reconfigura, demandando tantas outras dimensões das capacidades e faculdades humanas. Parece desmaterializar pelo efeito dos processos de terceirização (focalização ou especialização), sazonalidade, intermitência em setores importantes da economia no campo e na cidade, em todo tipo de trabalho no setor público e privado, à mercê dos interesses das organizações. O trabalho não desaparece, deixa lastros sócio territoriais e culturais importantes, podemos entrevê-los nesse contexto, seus processos se invisibilizam, tomam-se 'transparentes', escondem-se...

E essa experiência de trabalho vai perdendo espaço como objeto de estudo... Seria arriscar demais deixar nas margens de nossa reflexão contemporânea, a experiência humana nos territórios do trabalho e suas implicações para a formação humana, seja ela nas escolas, nos hospitais, nos bancos, ou em outros espaços da vida social.

Isso porque o trabalho não apenas vai se tornando "transparente", como vai, pelo avesso, reafirmando sua centralidade na vida social e refazendo a dialética entre visível e invisível nos processos de produção. Muitas vezes reafirma-se pela ausência no contexto de desemprego em massa, desemprego estrutural. Trabalho produtivo, improdutivo e reprodutivo... e a (re) emergência do trabalho associativo, comunitário em relação com outros modos de gerir a vida em comum. A invisibilidade é também acadêmica e territorial, trazendo novas e recolocando velhas formas de dominação, inclusão-exclusão, e crescentes polarizações e desigualdades. A interseccionalidade está aí para mostrar como se intercalam desigualdades sociais de classe, de

gerações de juventudes em situação de vulnerabilidade, e as questões de gênero, de LGBTQIAPN+, e questões étnico-raciais nos diversos mundos do trabalho.

Nesses territórios contemporâneos invisíveis é pertinente o **Estado da Arte sobre Educação nas prisões: pesquisas e pesquisadores** no qual Fernando Fidalgo e Maria Auxiliadora Oliveira desvelam um terreno de pesquisa e intervenção que enfrentou e enfrenta muitas dificuldades para se estabelecer, e que é território laboral e de vida de muitos trabalhadores à margem de direitos sociais e em situação de vulnerabilidade social. Outra pesquisa muito relevante, com públicos vulneráveis, é **Sentidos de formação profissional revelados em histórias de vida de estudantes do PROEJA**, de Jordane Oliveira e Rosa Azevedo. A formação e o trabalho de 14 estudantes do curso técnico Integrado em Aquicultura do Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na modalidade de Jovens e Adultos – PROEJA, demarcam o quanto, para esses, o retorno à escola que se explica também pela tessitura trabalho e formação humana.

A permanência desse velho e emergência desse novo tem vetores contemporâneos em sua reestruturação como a pandemia cujos efeitos sobre o trabalho e o mercado de trabalho ainda ressoam muito tempo, associado ao aprofundamento tecnológico no espaço socioeconômico e cultural. Ou ainda as crises ambientais, com grandes catástrofes nos avisando sobre os lugares da vida, de outras vidas e formas de trabalhar. No momento no qual fechamos esse editorial, são duas guerras – expressão máxima de violência - envolvendo disputas por territórios e riquezas fronteiriças. Não sabemos ao certo como sairemos delas, são milhares de vidas perdidas, aos vivos, o destino a viver em regiões de conflito armado.

As profissões, a formação profissional e a universidade são parte da crise e devem se implicar no auxílio à vida onde ela esteja em perigo. As formas de resistência diversas também persistem de modo rizomático, lutas, resistências profissionais, ações sindicais, greves e outras ações coletivas. Qual sentido para experiência laboral hoje em dia considerando todas essas mudanças de forma e conteúdos do trabalho? O trabalho possui um sentido? Faz sentido trabalhar hoje? Enquanto prática social, essa experiência que marginaliza, pode emancipar? É esse velho que permanece e esse novo que se apresenta que configura nossas crises do contemporâneo, tendo ao centro o trabalho que volatiliza enquanto categoria analítica e agrava nossos desafios políticos. Como caracterizar tais transformações, o que muda de modo estrutural? O que é recorrente e permanente? Há uma miríade de situações que podem ser observadas com novos atores, novas organizações, novas regulações, normas e valores, mas há algo que não muda, que não emancipa essa experiência de seus rincões mais profundos (Revista USP, 2023).

Muitos autores descartam suas concepções humanistas de trabalho, bem como o lugar que ele ocupa na sociedade, e junto descartam as contribuições de Marx e marxistas como instrumentos para entender as profundas transformações pelas quais passamos. Podemos prescindir desse patrimônio para compreender o que se desenvolve como história?

Por fim, muito ousado o estudo de Théo Simon, **A memória: entre aderência e desaderência**, nos lembrando que os desafios também são epistemológicos, e apostando no trabalho como locus privilegiado para abordar dimensões humanas, seu desenvolvimento, sua ação, mais propriamente, em atividade. Essa faculdade, a memória, se considerada em estudos que permitem captar seu desenvolvimento em situação laboral, pode ser propedêutica à compreensão acerca da centralidade do humano na construção da realidade social. Essas transformações e crises contemporâneas que nos cercam, atravessam e reconfiguram o trabalho reacendem, portanto, os debates sobre o aparecimento do trabalho na história, seu conteúdo ontológico e trans histórico que ancorou teorias em diversos campos científicos. Nenhuma hegemonia epistêmica ou política pode se estabelecer para sempre face às múltiplas dimensões dos homens em atividade de trabalho, e suas implicações na lida com transformações sócio-históricas em curso.

Daisy Moreira Cunha

Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação (NETE) – Faculdade de Educação (FaE/UFMG)